

ESCRAVIDÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: VETORES EM CURSO NA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

Autor(a): William Fontoura Do Nascimento ¹

Orientador(a): Adriana Lana Ramos ²

Resumo

Este ensaio temático visa apresentar reflexões de forma a considerar a relevância do impacto da escravidão no desenvolvimento das características estruturais do Brasil, principalmente em seus âmbitos social, econômico e político. Além desse recorte, o presente ensaio traz a conceituação da precarização do trabalho e concentra esforços na tentativa de demonstrar a relação entre esses dois eixos: a escravidão e a precarização do trabalho. A segunda como uma espécie de continuidade da primeira, incluindo majoritariamente o mesmo estrato social que teria sido excluído da percepção de políticas públicas que vislumbrassem o desenvolvimento estrutural da sociedade brasileira. Estruturado nos dois eixos mencionados, cada eixo sendo explorado diretamente em dois capítulos, com intuito de demonstrar a relação entre ambos. A escravização e a precarização são apresentadas como determinantes da desigual estrutura social brasileira, aquela como fator histórico e efeitos que persistem até os dias atuais e esta como fator contemporâneo e resultante da anterior. O primeiro eixo apresenta a perspectiva da escravização como causa (não como efeito) dos sistemas políticos e sociais à época. Essa ótica nos conduz à crítica da profundidade dos efeitos, alguns permanentes, que refletem nos mais diversos aspectos essenciais da nossa sociedade. O capítulo I traz a dimensão assumida pela escravização enquanto atividade econômica e a relação, que deveria ser nítida, com o racismo. As mazelas que se estabeleceram nos incontáveis aspectos sociais: Política, economia, cultura, educação, saúde, lazer e quantos mais puderem ser mencionados que deveriam ser garantidos pelo Estado. As dilacerações são profundas e inquietantes de tal forma que, vivemos em um país racista de maioria negra. O que deveria ser uma contradição, pode ser explicado como reflexo da forma ideológica que o Estado moldou a história, adequada às camadas sociais dominantes (economicamente). O capítulo II estimula a indagação sobre a necessidade de um verdadeiro processo de abolição e reparação. Em análise, podemos inferir que, o que realmente houve foi um abandono, com diversas medidas que manteriam e ampliariam a segregação do desenvolvimento social ao longo dos anos. O desenvolvimento ficou restrito aos grupos econômicos dominantes da época, retirando das políticas públicas a população mais necessitada de suporte. Além da

¹ Aluno(a) do curso de Administração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

² Professor(a) do curso de Administração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

adoção, por parte dos governos, de políticas de branqueamento da sociedade. Tais políticas consistiram em importar mão de obra assalariada europeia para a execução dos serviços antes feitos pelos escravizados. Ainda era oferecida ao imigrante, em alguns casos, como incentivo, a propriedade de terras. Sendo necessário que consideremos a relevância da propriedade de terra naquele período, amplamente utilizado como medidor de riqueza. O conjunto de fatos apresentados nos remete a outra constatação, a argumentação falaciosa da meritocracia. Com o propósito de responsabilizar única e exclusivamente cada cidadão por sua situação econômica, financeira e social. Quando na verdade as oportunidades não foram concedidas de forma isonômica, conforme preceitos legais definidos em nossas legislações. Ressaltando, ainda sobre o assunto, que a crítica não foi construída com o intuito de desmerecer aos que alcançaram êxito, de não reconhecer sua dedicação e empenho, mas estimular o senso crítico de que os caminhos são mais fáceis para alguns poucos, sendo essa a questão central. O problema é a maioria ou todos não terem acesso aos mesmos recursos e sistemas, para que assim a diferença seja, realmente, as habilidades individuais. No capítulo III introduzimos o conceito de Precarização do Trabalho. Este remete à super exploração de mão-de-obra, com maior ênfase aos trabalhos com pouca ou sem nenhuma qualificação. Mas o aprofundamento no conceito permite identificar que diversas categorias estão sendo continuamente expostas à precarização, abordagem feita no capítulo IV. O avanço tecnológico, as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) e a perda gradual de direitos trabalhistas contribuíram para a expansão dessa precarização. Essas mudanças, que atingem com maior vigor o já precário hemisfério sul (Ásia, África e América), também estão presentes em menor medida, no hemisfério norte do mundo (Europa, EUA, Canadá) se alastraram de forma assustadora, também sobre a alcunha de "uberização", referência à forma de operação, instituída através da tecnologia, com uma empresa operando "às sombras", dividindo ou dirigindo o custo e o risco do negócio ao operador, com isso, maximizando seus lucros. Em síntese, o trabalhador, vítima da precarização, trabalha para um cliente final que recebe o produto, trabalha para um estabelecimento que produz ou revende, para uma empresa que intermedia o processo e não possui vínculo com nenhum deles. Através da Pejotização uma grande quantidade de profissionais com relevante qualificação também são expostos à precarização.